



COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA EM 09/07/2021

ATA Nº 413

Aos nove dias do mês de julho do ano dois mil e vinte e um, reuniu-se, ordinariamente, o Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, às 09:00h, por videoconferência, com a participação dos Conselheiros Titulares Frederico Bedran Oliveira, José Luiz Ubaldino de Lima (Representantes do Ministério de Minas e Energia) e Sérgio Alonso da Costa (Representante do Tesouro Nacional). Atuou como Secretário João Batista de Vasconcelos Dias Júnior. Participaram da reunião, no seu todo ou parcialmente, o Diretor de Administração e Finanças (DAF), Cassiano de Souza Alves, o Sr. Agnaldo Aparecido de Souza, representante da Sênior Auditores Independentes, o Chefe do Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças (DECOF), Carlos Eduardo de Oliveira Dantas, o Chefe da Divisão de Contabilidade Geral (DICOGE), Itamar Vilarinho, o Chefe da Área de Governança, Juliano de Souza Oliveira, a Assessora da DAF Izabela Duarte Giffoni, os Representantes do CEFET-MG, Paulo Bermejo e João Guilherme Ortega, os membros do COAUD, Palmiro Franco Capone e Roberto Rocha Gomes, e o Analista em Geociências da SEGER Cristiano Jorge André. O Presidente do Conselho Fiscal, Frederico Bedran Oliveira, agradeceu a presença de todos e deu início à reunião onde foram abordados os seguintes assuntos:

Assuntos da Contabilidade – Apresentação das Demonstrações Contábeis do 1º Trimestre. O representante da Sênior Auditores Independentes, Agnaldo Souza, após explicar a demora na realização da auditoria em função da renovação do contrato com a CPRM, discorreu sobre o resultado da auditoria nas Demonstrações Contábeis Intermediárias referentes ao 1º trimestre de 2021. Destacou que no relatório do 2º trimestre além da parte contábil vai ser dado enfoque nos controles internos. Explicou que neste relatório ainda permanece a ressalva apontada no Balanço do Exercício de 2020, relativa à “Análise da vida útil e teste de recuperabilidade dos ativos”, sendo que a mesma provavelmente não constará do relatório do 3º trimestre, já que o teste de *impairment* foi finalizado pela empresa Convergry, contratada pela CPRM. Sobre a demonstração do valor adicionado (DVA), agora também realizado nos balanços intermediários, informou que a mesma foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes. Na sequência, Agnaldo deu um panorama sobre o Balanço Patrimonial, as demonstrações do resultado do exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do valor Adicionado e por fim das Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias. Agnaldo Souza informou ainda constarem pendências relevantes em relação a adiantamentos para viagens e adiantamentos a prestadores de serviço, sendo que no segundo caso houve avanços. Perguntado sobre as providências que estavam sendo tomadas quanto aos itens levantados e que apresentam potencial para ressalva no Balanço de 2021, Itamar Vilarinho informou que a DICOGE está atuando, com a ajuda do DECOF, para a solução do problema apresentado, e que está monitorando a evolução desta situação. O Conselho Fiscal solicitou o encaminhamento de Ofício ao Diretor-Presidente pedindo providências para a solução das pendências verificadas quanto aos adiantamentos de viagem com prestação de contas pendentes, solicitando a depuração dos valores, a identificação daqueles que de fato representam adiantamentos já vencidos, providências para a quitação dos mesmos, a verificação da ocorrência de novas viagens por parte dos titulares dos adiantamentos já vencidos e também ser informado do Normativo correspondente. Quanto aos valores referentes à 2018 e 2019, o Conselho Fiscal solicitou informações quanto às providências adotadas, tendo em vista que os titulares já foram identificados. O CF destacou a obrigatoriedade da

prestação de contas, e manifestou preocupação ao verificar a existência de pendências de anos anteriores. Com relação aos créditos a receber, o Auditor Independente sugeriu que a dívida da Assembleia do Estado do Amapá com a CPRM passasse para não circulante, tendo o chefe da DICOGE, Itamar Vilarinho, informado que a mesma seria reclassificada para de longo prazo. No caso dos Financiamentos Concedidos para Pesquisa Mineral, o Conselho Fiscal solicitou um posicionamento da COJUR em relação à baixa contábil da Minepar - Minérios Gaspar Ltda., bem como informações sobre as negociações referentes à Belo Sun Mineração. O Conselho Fiscal agradeceu a presença e a explanação do Auditor Agnaldo Souza, representando a Sênior Auditores Independentes.

Contratos e Convênios com Entidades Diversas - O Conselho Fiscal solicitou providências com relação aos seguintes Convênios que se encontram com as prestações de contas em atraso: 1) Convênio 044/CPRM/2009, firmado com o Departamento de Recursos Minerais – DRM, cuja vigência encerrou em maio de 2012; e 2) Convênio 001/CPRM/2016, firmado com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP (interveniente), cuja vigência foi prorrogada até 31/12/2020, tendo a prestação de contas sido parcialmente aprovada.

Apresentação do Projeto de Reestruturação - O Diretor de Administração e Finanças – DAF, Cassiano de Souza Alves, com o apoio dos representantes do CEFET-MG, Paulo Bermejo e João Ortega, apresentaram ao Conselho um panorama sobre a situação do Projeto de Reestruturação da CPRM, expondo os desafios e passos percorridos, onde abordaram os seguintes temas: I. O projeto: a. Contextualização, b. Descrição do projeto e c. Melhorias esperadas; II. Proposta de nova estrutura: a. Ações de fundamentação, b. Princípios, c. Novo organograma e d. Dinâmica interna; III. Processos organizacionais: a. Otimização de processos, b. Processos organizacionais e IV. Próximos passos. O Diretor da DAF destacou que o Conselho de Administração solicitou à Diretoria da CPRM uma reforma de sua estrutura visando sua modernização e atendendo à sua condição de ICT – Instituto de Ciência e Tecnologia e explicou que uma das bases para a nova estrutura é a projetização da empresa. O Conselho Fiscal mostrou-se preocupado com o processo de reestruturação, em face da grande mudança que está sendo proposta. O Diretor Cassiano comentou que tais mudanças se fazem necessárias para que a CPRM ganhe em gestão e eficiência. Quanto ao Centro de Geociências Aplicada – CGA, o CF indagou se o mesmo não deveria ser colocado de uma forma mais orgânica e não ligado à Presidência. O consultor do CEFET-MG João Ortega explicou que o CGA foi reformulado a partir do CEDES, sendo uma demanda da Presidência. Explicou que as Diretorias também discutiram isto, mas acabou ficando na Presidência, sendo o seu portfolio definido pelas Diretorias. O CF destacou que não tem competência para avaliar a estrutura proposta, mas que o Colegiado tem muita preocupação com os processos. Segundo o CF, a questão do CGA é uma situação anômala. O Diretor Cassiano Alves explicou que o CGA mereceu um capítulo só para ele, tamanha a complexidade das discussões, mas que a percepção do Conselho Fiscal é muito importante. Chamou a atenção para a Diretoria de Planejamento e Gestão e se comprometeu a detalhar tal diretoria em uma outra reunião. O CF indagou o que seria a gerência geral de produtos, ao que o professor Paulo Bermejo respondeu que sua função seria assegurar que todos os produtos tenham a mesma qualidade e identidade visual. O Diretor da DAF comentou estarem dando especial atenção a esta questão e que a etapa de revisão dos processos pelo CEFET-MG já estaria em andamento. O membro do COAUD Palmiro Capone comentou sobre as iniciativas anteriores de reestruturação, com a Fundação Dom Cabral e a USP/FIA-MEMORA. O Diretor Cassiano Alves afirmou não ver nenhuma possibilidade de retrocesso quanto à reestruturação. Por fim os Conselheiros agradeceram a apresentação, ressaltaram o tamanho do desafio e solicitaram o retorno do Diretor Cassiano ao Colegiado, apresentando o projeto de forma mais detalhada, incluindo a situação do Museu de Ciências da Terra, o que ficou acertado para o segundo semestre de 2021.

Execução Orçamentária – O chefe do Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças (DECOF), Carlos Eduardo de Oliveira Dantas, apresentou a execução orçamentária da LOA21 de **19,72%** até 30/06/2021, o que reflete uma baixa execução. Segundo o chefe do DECOF, as seguintes ações orçamentárias estariam com uma baixa execução: “Avaliação dos Recursos Minerais”, “Levantamentos, Estudos, Previsão e Alerta de Eventos Hidrológicos”, “Mapeamento Geológico-Geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos”, “Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Geociências” e “Levantamentos da Geodiversidade”. Diante do exposto, o Conselho Fiscal manifesta preocupação com a baixa execução orçamentária e questiona se a questão do trabalho de campo, em função da pandemia, foi um fator impeditivo e se a Diretoria Executiva adotou providências para sanar a situação.

Relatório de Dívidas de Clientes – A Divisão de Execução Financeira (DIEFIN/DECOF) apresentou a posição da evolução da dívida de clientes, em 28/06/2021, que totaliza R\$ 248.469,72. A dívida vencida há mais de 30 dias alcança o valor de R\$ 202.554,51, correspondendo à dívida da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, em cobrança judicial, cujo processo está concluído desde 09/08/2019, aguardando a expedição de precatório.

Assuntos da Auditoria Interna – Serão apresentadas na próxima reunião a Nota Técnica de Auditoria Interna nº 02/2021, referente ao CONTRATO Nº 071/PR/2020, celebrado com a UNIMED Goiânia Cooperativa de Trabalho Médico, e a Nota Técnica nº 03/2021, referente ao contrato nº 102/PR/2019 celebrado com a Santiago & Cintra Importação e Exportação Ltda.

Assuntos da Governança – O chefe da Área de Governança, Juliano de Souza Oliveira, informou que os Relatórios Trimestrais de Atividades, da área de Controles Internos e de Gestão de Riscos, referentes ao ano de 2020, e os do primeiro trimestre de 2021, serão apresentados na próxima reunião do Colegiado, já estando disponíveis no SEI. O chefe da Governança informou que os órgãos de controle estão exigindo da Empresa a elaboração de uma Política de Distribuição de Dividendos, e pensou em uma alteração no estatuto mostrando que a CPRM não visa lucro. O membro do COAUD Palmiro Capone mencionou não acreditar que só uma mudança estatutária resolveria essa demanda. Segundo ele, faltaria uma melhor gestão dos recursos para não gerar lucro, e, caso gere, que seja em um patamar muito pequeno, apenas simbólico.

Outros Assuntos: **a)** O Conselho Fiscal solicita que a Diretoria informe quais providências estão sendo adotadas quanto ao atendimento às resoluções da CGPAR nº 22 e 23 de 2021. **b)** O Conselho Fiscal reitera a solicitação de treinamento para os membros do Colegiado e do COAUD, tendo como sugestão dos membros do Colegiado o tema referente às Contratações Públicas, com foco na Lei de Licitações e Contratos, bem como suas atualizações. **c)** O Conselho Fiscal, diante da informação de criação de um CNPJ para o Museu de Ciências da Terra - MCTer, solicita informações quanto ao acerto institucional a ser adotado para: cessão do espaço físico utilizado, acervo, manutenção e pessoal. Ainda sobre a questão da criação de um CNPJ para o MCTer, o Conselho Fiscal também solicita informar qual o desenho planejado para a gestão dos recursos orçamentários e financeiros, e como se dará o recebimento e a utilização de recursos de terceiros. **d)** O Conselho Fiscal solicita que sejam retomadas as Reuniões Conjuntas entre o CF/COAUD, estando a próxima prevista para ocorrer no dia 23/07/21, às 9:30h.

Não havendo mais assuntos a serem tratados, a reunião foi dada como encerrada.

FREDERICO BEDRAN OLIVEIRA
Presidente

SÉRGIO ALONSO DA COSTA
Conselheiro

JOSÉ LUIZ UBALDINO DE LIMA
Conselheiro

JOÃO BATISTA DE VASCONCELOS DIAS JUNIOR
Secretário



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ LUIZ UBALDINO DE LIMA, Membro do Conselho Fiscal**, em 05/11/2021, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO ALONSO DA COSTA, Membro do Conselho Fiscal**, em 05/11/2021, às 19:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAO BATISTA DE V. DIAS JUNIOR, Chefe da Secretaria Geral**, em 16/11/2021, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FREDERICO BEDRAN DE OLIVEIRA, Presidente do Conselho Fiscal**, em 16/11/2021, às 21:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cprm.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **0666456** e o código CRC **8BEEAF73**.
